



## HOMOFOBIA NA ESCOLA: O QUE DIZ O LIVRO DE OCORRÊNCIA ESCOLAR?

Keith Daiani da Silva Braga<sup>1</sup>

Vagner Matias do Prado<sup>2</sup>

Arilda Inês Miranda Ribeiro<sup>3</sup>

**Resumo:** A homofobia pode ser compreendida como preconceito e discriminação direcionada aos sujeitos considerados homossexuais e/ou cujas performances ou expressão de gênero não condizem com o modelo de sexualidade hegemônico. São crescentes os debates acadêmicos que sugerem a escola como espaço para problematizar a homofobia. Nesse sentido, o presente artigo, proveniente de pesquisa de mestrado em Educação, objetiva discutir as possibilidades de compreensão da homofobia na perspectiva dos educadores por meio de suas narrativas nos Livros de Ocorrência Escolar. O estudo se desenvolve nas escolas públicas estaduais do Ensino Fundamental II e Médio do município de Presidente Prudente-SP e conta com financiamento da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

**Palavras-chave:** homofobia, livro de ocorrência escolar, professores.

As discussões acerca da sexualidade tornam-se cada vez mais reentrantes em diversos setores da sociedade. Atualmente volta-se atenção para a homofobia, como um fenômeno crescente e preocupante<sup>4</sup>. Atinge, principalmente, sujeitos considerados

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação FCT/ UNESP; Membro do NUDISE- Núcleo de Diversidade Sexual na Educação. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Email keith\_daiani@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em Educação FCT/UNESP; Membro do NUDISE. Bolsista da de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Email vmp\_ef@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Professora Titular do Depto de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação – FCT/UNESP; Coordenadora do NUDISE. Email arilda@fct.unesp.br

<sup>4</sup> Registra-se, por exemplo, um assassinato de homossexual a cada três dias e a violência por discriminação sexual mata em torno de 150 pessoas por ano (BORGES; MEYER, 2008). Levando em conta que as fontes de dados e indicadores sobre a questão ainda limitam-se a algumas entidades do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) e a pesquisas vinculadas a universidades e órgãos públicos, podemos inferir que a realidade apontaria um panorama ainda mais preocupante. Além disso, a ausência de uma lei que criminalize a homofobia em âmbito nacional prejudica o registro das manifestações violentas contra esse grupo.

homossexuais e/ou cujas performances ou expressão de gênero não condizem com o modelo de sexualidade hegemônico. (CARRARA & RAMOS, 2005; BORGES; MEYER, 2008; JUNQUEIRA, 2009).

Dentre as instituições sociais, a escola é frequentemente indicada pelos estudiosos como espaço apto para problematizar a homofobia e favorecer a superação do problema. Contudo, os estabelecimentos educacionais tais como escolas e faculdades figuram entre os principais pontos de marginalização e exclusão da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis).

Os temas sobre a homossexualidade ou homofobia geralmente não aparecem nos livros didáticos, nos currículos e tampouco nas discussões em sala de aula. Os docentes, responsáveis não apenas por garantir o acesso aos conteúdos curriculares, mas também por ampliar os direitos humanos, se dirigem aos discentes como se nenhum deles apresentasse qualquer diferença de identidade e/ou orientação sexual e os comportamentos homofóbicos são considerados banais (JUNQUEIRA, 2009).

A homofobia na escola geralmente suscita dificuldade no processo de ensino-aprendizagem, prejudica a interação entre estudantes, causa intimidação, insegurança, isolamento e contribui para a evasão escolar. Consequências que são tão devastadoras quanto à violência física, também recorrente nesse ambiente.

Nesse sentido, o presente artigo, proveniente de uma pesquisa de mestrado em Educação em andamento, tem por objetivo discutir as possibilidades de compreensão da homofobia na perspectiva dos educadores por meio de suas narrativas dos Livros de Ocorrência Escolar. Documentos oficiais nos quais são descritos pelos professores a maioria dos atos de indisciplina e violência cometidos pelos estudantes de escolas públicas e particulares.

Selecionamos esse material como instrumento metodológico da pesquisa, em função do mesmo ser para os professores, um espaço para as descrições dos comportamentos discentes considerados inadequados ou ditos “anormais”. Essa abordagem metodológica nos permite analisar, à luz da História Oral, os discursos dos educadores, bem como as propostas oferecidas pela escola frente às ocorrências que denunciam a violência homofóbica.

## Homofobia na escola

O conceito de homofobia pode ser considerado ambíguo, mas, geralmente, é entendido como o medo, repulsa ou rejeição à homossexualidade (SMIGAY, 2002). Nessa vertente, Wilton (2000 p. 04) argumenta que:

É um erro bastante comum afirmar que o prefixo "homo" em palavras como "homossexual" e "homofóbico" provêm da raiz latina que significa homem, como em 'Homo sapiens'. Na verdade, ela vem da raiz grega que significa "o mesmo", como em 'homogênea'. Da mesma forma 'heterossexual' inclui a raiz grega para 'diferente', como em 'heterogêneo'. Assim, "homossexual" significa a sexualidade do igual, e 'homofobia' (literalmente "medo do mesmo") significa um medo irracional ou aversão de lésbicas e / ou gays<sup>5</sup>.(Tradução nossa).

Caracteriza-se como a atitude hostil que possui como alvo os homossexuais – homens e mulheres – a fim de defini-los como “anormais”, “errados”, e seu modo de vida como adverso a sua própria natureza e estranho ao padrão heterossexual (BORILLO, 2001).

A homofobia pode se expressar sob a forma de violência física ou não. Quando física, compromete a integridade do corpo, podendo resultar em homicídio. Na forma não física – não menos grave – gira em torno do não reconhecimento do outro como cidadão e se manifesta por meio de ofensas, humilhações e injúrias, ou seja, “comportamentos homofóbicos variam desde a violência física da agressão e do assassinato até a violência simbólica, em que alguém considera lícito afirmar que não gostaria de ter um colega ou um aluno homossexual” (BORGES & MEYER, p. 60, 2008).

Do ponto de vista do poder público, conforme a legislação do Estado de São Paulo, homofobia pode ser definida, ainda, como “toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero” (Lei Estadual nº 10.948/2001).

Embora o termo homofobia faça referência, quase unicamente, a atitudes e percepções negativas em relação a sujeitos identificados como homossexuais, a homofobia compreende também situações de violência contra outros sujeitos, cuja

---

<sup>5</sup> It is a fairly common error to assume that the ‘homo’ in words such as ‘homosexual’ and ‘homophobic’ comes from the Latin word for man, as in ‘*Homo sapiens*’. In fact, it comes from the Greek root meaning ‘the same’, as in ‘homogenous’. Similarly ‘heterosexual’ includes the Greek root for ‘different’, as in ‘heterogenous’. So ‘homosexual’ means a sexuality of sameness, and ‘homophobia’ (which literally means ‘fear of the same’) is used to mean an irrational fear or disgust towards lesbians and/or gay men (WILTON, 2000, p. 04).

expressão de gênero (gostos, estilos, comportamentos etc.) não se alinha aos modelos hegemônicos (JUNQUEIRA, 2010).

As normas de gênero possuem estreita ligação com a homofobia. Ambas são articuladas em um sistema disciplinador que opera no sentido de oprimir qualquer corpo que intencione desviar dos parâmetros socialmente construídos, tanto no que se refere a que gênero o desejo dos sujeitos deve ser direcionado quanto à identidade de quem expressa o desejo. Nessa perspectiva:

Homofobia transcende à ideia de aversão a sujeitos homossexuais. Ela diz respeito a valores, mecanismos de exclusão, disposições e estruturas hierarquizantes, relações de poder, sistemas de crenças e de representação, padrões relacionais e identitários, todos eles voltados a naturalizar, impor, sancionar e legitimar uma única sequência sexo-gênero-sexualidade, centrada na heterossexualidade e rigorosamente regulada pelas normas de gênero (JUNQUEIRA, 2010, p. 11).

Compreendemos então, que o conceito de homofobia relaciona-se a atitudes e posicionamentos que – mesmo implícitos – quando materializados, atuam como um mecanismo de interdição e controle dos comportamentos sexuais não heterocentrados e/ou não representados pelos padrões identitários de gênero (MISKOLCI, 2008).

Este mecanismo excludente se expande por meio dos discursos reiterados sobre a sexualidade humana, como prática de tornar natural um único modelo de identidade e relacionamento afetivo e sexual. Butler (1999) afirma que as sociedades estabelecem normas que ajustam e materializam o sexo dos sujeitos de acordo com parâmetros que consideram corretos. Para que isso funcione, as normas precisam ser repetidas invariavelmente. E neste processo de sujeição, os corpos que não se adaptam totalmente às regras pré-estabelecidas, são colocados à margem do social e se configuram como vítimas de diversos processos discriminatórios dentre os quais, a homofobia.

No Brasil, a homofobia adquire contornos institucionais. A escola é considerada como um dos principais locais de intolerância às sexualidades não hegemônicas. Sérgio Carrara e Sílvia Ramos (2005, 2006), com base nas pesquisas realizadas em edições de duas das maiores paradas do orgulho LGBT do país<sup>6</sup>, indicam que as instituições educacionais (escolas e faculdades) estão entre os principais lugares em que a população LGBT sente-se marginalizada e excluída<sup>7</sup>. Os dados levantados pelos pesquisadores

---

6 9ª Parada do orgulho LGBT do Rio de Janeiro realizada no ano de 2004 e 9ª Parada LGBT de São Paulo realizada em 2005.

7 Em São Paulo 32,6% dos entrevistados indicaram as instituições de ensino como espaços de marginalização e exclusão da população LGBT e 32,7% afirmaram que sofreram discriminação por parte de docentes ou colegas. No Rio de Janeiro, 26,8% relataram ter sido marginalizado por

indicam que o ambiente escolar é o local em que a ocorrência de manifestações homofóbicas só não é maior do que em espaços não institucionais.

Isso se explica pelo fato de que, historicamente, a instituição escolar brasileira estruturou-se a partir de crenças e normas que inferiorizam e desqualificam aqueles que se distanciam do que é considerado normal e valorizado (LOURO, 2007).

Neste contexto, estudantes LGBT são tratados conforme Junqueira (2009), com uma “pedagogia do insulto”: recebem tratamentos preconceituosos, violência física, verbal, ameaças, exposição a constrangimentos, entre outras formas de exclusão no ambiente escolar.

As formas de expressão da homofobia discutidas com maior frequência limitam-se à *violência física* sofrida por homossexuais. Entretanto, para além dos casos extremos de ódio, a homofobia, principalmente dentro das escolas, provoca resultados não menos devastadores, que prejudicam e comprometem seriamente a trajetória escolar de crianças e adolescentes, sem necessariamente ocorrer agressões físicas. Assim, as variadas manifestações da homofobia comprometem o rendimento escolar, estigmatiza os alunos, produz insegurança e provoca evasão escolar, opondo-se assim ao direito de todos à educação (CAETANO, 2005).

Para Fernando Seffner (2009), existe dentro da escola, entre os educadores, uma espécie de código de valores. Este código tem o poder de avaliar quais estudantes merecem ou não ser incluídos. Nesse sentido, a homofobia se institucionaliza no meio educacional. E os professores, ainda queiram contribuir para sua superação, renunciam um trabalho de problematização quando esbarram em seus próprios preconceitos.

A pesquisa *Juventudes e Sexualidade*<sup>8</sup>, cujo objetivo foi o de colaborar para o debate sobre sexualidade e juventudes na escola, averiguou entre outras variáveis, que os docentes apresentam uma espécie de cumplicidade com os comportamentos homofóbicos, pois quando questionados a respeito de toda problemática, consideraram tais práticas “brincadeiras” ou “coisas sem importância”.

No que diz respeito a tratar o tema da diversidade sexual em sala de aula, grande parte dos professores assume não saber como o fazer. Dessa forma, ao abordarem diversas expressões de preconceito e discriminação em relação à identidade

---

professores ou colegas na escola ou faculdade. É importante apontar que o público destes eventos concentra-se na faixa etária que vai dos 22 aos 39 anos, o que indica que pesquisas em espaços escolares podem apontar números ainda mais graves, principalmente quando a homofobia atinge vítimas muito jovens (CARRARA & RAMOS, 2005; 2006).

<sup>8</sup> CASTRO M.G; ABRAMOVAY M; SILVA L.B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO/ Brasil; 2004.

sexual como algo natural e sem necessidade de intervenção, contribuem ativamente com a reprodução da homofobia (CASTRO; ABRAMOVAY & SILVA, 2004).

Os resultados da pesquisa *Perfil dos Professores Brasileiros*<sup>9</sup> corroboram o quadro de intolerância à homossexualidade dentro da escola: de aproximadamente cinco mil educadores da rede pública e privada de ensino em todas as unidades da federação que foram entrevistados aproximadamente 60% considera inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais. Os dados que remetem à ideia de que para os entrevistados a homossexualidade seria algo que ofereceria risco para população. Sendo assim, melhor seria manter-se distante de suas manifestações.

Diante dos dados apresentados, sob o nosso ponto de vista, podemos afirmar que estudantes LGBT sofrem diversos tipos de discriminação e violência em suas trajetórias escolares. E que as concepções que os docentes possuem a respeito da homossexualidade implícitas em seu trabalho na sala de aula, podem comprometer a inclusão dos estudantes não atendem a norma heterossexual.

Entretanto, a escola, na visão de estudiosos, ainda se constitui enquanto lugar onde as mudanças e propostas que visem ultrapassar os mecanismos de exclusão são possíveis. A instituição enfrenta o desafio de se adaptar às transformações da sociedade, tais como outras formas de relacionamento e identidades. Neste contexto, o educador, considerado referência para seus alunos pode se tornar um mediador da cidadania, na compreensão das práticas homofóbicas e seus desdobramentos nas instituições de ensino (JUNQUEIRA, 2009; SEFFNER, 2009; TAYLOR, 2011).

Deste modo, acreditamos que para compreender a homofobia no espaço escolar, faz-se necessário analisar a perspectiva do professor frente à temática. Por ser a autoridade na sala de aula, local em que os alunos permanecem a maior parte do tempo escolar, e, por conseguinte onde as manifestações homofóbicas ocorrem com mais frequência, o docente presencia esses eventos. Assim, é interessante ter como ponto central de análise os relatos destes profissionais, não com intuito de culpabilizá-los ou inocentá-los, mas de entender como participa dessa trama de preconceitos que por vezes acabam por conduzi-lo a um papel que reforça as intolerâncias.

Sendo assim, optamos por analisar Livro de Ocorrência Escolar, documento oficial escolar no qual se encontram narrativas professorais a respeito de situações de violência, desrespeito e indisciplina vivenciadas pelos discentes.

---

9 ANDRADE, E. R.; ABRAMOVAY M.; NUNES, M. F. R.; FARAH NETO, M. **O perfil dos professores brasileiros**: pesquisa nacional. Brasília: UNESCO Brasil; 2004.

## **O Livro de Ocorrência Escolar como instrumento metodológico para análise da homofobia na escola**

O LOE<sup>10</sup> é um caderno, geralmente brochura, no qual todos os funcionários da escola descrevem ou relatam a maioria dos atos considerados inadequados ou tidos como “anormais” cometidos pelos estudantes. As narrações são realizadas principalmente pelos professores. Possui a finalidade de denunciar aos pais atitudes inconvenientes dos filhos, bem como, de garantir proteção à escola no caso de acusações referentes à negligência ou irresponsabilidade diante dos problemas escolares (RATTO, 2002).

Nesse sentido, nossa análise se foca nos discursos fabricados pelos educadores, consentidos e assinados pela gestão escolar. Buscamos compreender à luz da História Oral<sup>11</sup>, o posicionamento e práticas dos docentes frente à transgressões de gênero, comportamentos sexuais não valorizados e conflitos de natureza homofóbica.

Com isso nossa proposta de pesquisa considera que:

O estudo da sexualidade necessariamente implica explorar os meandros da heteronormatividade, em especial a homofobia materializada em mecanismos de interdição e controle das relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Nesse sentido, destaca-se a análise dos discursos e práticas educacionais que, frequentemente, são heteronormativos e cúmplices de violências físicas e simbólicas em relação a homo-orientados. (MISKOLCI, 2010, p. 06).

Escolhemos a análise documental como procedimento metodológico pelo benefício de favorecer estudos com abordagem qualitativa, uma vez que se pode complementar informações obtidas por outras técnicas e/ou ser eficaz na descoberta de aspectos novos de um problema. Além de se constituírem em uma fonte estável e rica de informações, em que podemos encontrar evidências que fundamentem nossas afirmações.

Conforme explica Holsti (1969) apud Lüdke e André (1986), a análise documental, dentre outras situações, é apropriada quando o pesquisador não deseja que sua presença acabe por obstruir informações, como por exemplo, causar alterações nos

---

10 A partir desse parágrafo, utilizaremos a sigla LOE para nos referirmos ao Livro de Ocorrência Escolar.

11 História Oral é um método de pesquisa que privilegia a coleta de relatos orais ou escritos por sujeitos que presenciaram determinados acontecimentos, como forma de compreender, aprofundar os conhecimentos sobre padrões culturais, estruturas sociais enquanto ativas no processo de construção dos sujeitos. (PORTELLI, 1997; ALBERTI, 2005; FERREIRA & AMADO, 2006)

sujeitos ou no ambiente estudado. Também é válida em pesquisas que o interesse é analisar o problema a partir da própria expressão dos participantes, ou seja, quando a linguagem e colocações dos sujeitos são cruciais na investigação.

Deste modo, os relatos de homofobia e comportamentos não heterossexuais dos professores, encontrados nos livros de ocorrência, nos possibilita uma análise mais segura a respeito de suas visões e posicionamentos diante do tema, uma vez que esses não se sentirão intimidados pela presença da pesquisadora.

Sendo assim, apresentamos algumas considerações e reflexões a respeito do funcionamento do Livro Ocorrência, sua relação com o educador, e seu papel enquanto instrumento regulador da sexualidade dos alunos, como resultados parciais da pesquisa.

O termo *Livro de Ocorrência* dá destaque para a palavra “ocorrência” que tem como sinônimos: acontecimento, episódio e fato. É comum a referência do termo ao chamado “Boletim de Ocorrência”, registro policial em que vítimas relatam situações de violência, roubo, dentre outras violações legais para que a justiça investigue e aplique punições diante do fato. Ainda que com finalidades e processos distintos, o Livro de Ocorrência Escolar funciona de forma semelhante. Apresenta-se como conjunto de relatos (boletins) de infrações das regras (leis) sancionadas pela escola, que resultam em punição pela direção (justiça).

Sendo assim, o LOE se apresenta como um aparelho disciplinar, que objetiva a manutenção das normas sociais pré-estabelecidas pela instituição escolar, as quais, supostamente, garantiriam uma boa conduta por parte dos alunos.

Um dos objetivos primordiais da escola é disciplinar o comportamento dos estudantes no ambiente educacional, fazendo-os respeitar as regras sociais, que se baseiam no que a instituição julga ser o mais adequado. As normas podem representar o ideal de sujeitos – com as características socialmente valorizadas – a ser ambicionado pelos alunos, desapreciando assim outros modos de viver sua subjetividade.

Esses preceitos se fixam no corpo dos alunos. Vão desde a simples advertência: “não correr”, “fazer silêncio”, até as que ditam quais atitudes são designadas para meninos e para meninas, formas de se relacionar com o próprio corpo e com o corpo dos colegas. Os corpos que não se adéquam às regras do ambiente escolar, ou seja, os corpos transgressores são os merecedores de punição, concretizada na confissão, que segundo Foucault (1987, p. 57) se faz necessária por duas razões:

(...) em primeiro lugar, porque esta constitui uma prova tão forte que não há nenhuma necessidade de acrescentar outras, nem de entrar na difícil e duvidosa combinação dos indícios; a confissão, desde que feita na forma correta, quase desobriga o acusador do cuidado de fornecer outras provas (em todo caso, as mais difíceis). Em seguida, a única maneira para que esse



procedimento perca tudo o que tem de autoridade unívoca, e se torne efetivamente uma vitória conseguida sobre o acusado, a única maneira para que a verdade exerça todo o seu poder, é que o criminoso tome sobre si o próprio crime e ele mesmo assine o que foi sábia e obscuramente construído pela informação.

A informação neste caso é elaborada pelo docente, que geralmente encaminha o aluno para a confissão realizada na diretoria da instituição. O educador, como citado anteriormente, é quem costuma escrever no LOE. Os registros neste caso visam também descrever, com o maior nível de detalhe possível, os fatos ocorridos na perspectiva desses docentes. Dessa forma, como argumenta Ratto (2006, p. 1269):

Os livros de ocorrência existem para estabelecer a verdade e proteger a escola de possíveis acusações, é fundamental que funcionem na direção de dirimir dúvidas e registrar uma espécie de consenso. Tal consenso é particularmente problemático, dado que é construído em meio a um poder de escrita que beneficia, sobretudo, as verdades que as autoridades escolares querem ou precisam estabelecer.

Algumas pesquisas<sup>12</sup> na área de educação, que adotaram como procedimento metodológico a análise documental do LOE, indicam em seus resultados que as ocorrências presentes nos livros estudados foram escritas e encaminhadas predominantemente pelos professores.

Consideramos necessário pontuar o fato de que, historicamente, diversos fatores incutiram nos docentes a ideia de que são os únicos responsáveis pelos diversos problemas da escola. Posicionamento que contribui para o esgotamento do profissional. Destarte, diante de determinadas situações, como a obrigação de relatar um acontecimento violento, não existe muito tempo ou respaldo institucional para refletir e se posicionar, o que resulta muitas vezes, na construção e assimilação de uma versão, acrítica sobre a situação.

Entretanto, as narrativas, descrições e informações construídas pelos educadores produzem subjetividades ao adjetivar, categorizar e hierarquizar os alunos, de modo que, estabelecem e disseminam representações em toda a instituição escolar (FOUCAULT, 1988; BUTLER, 1999; RATUSNIAK 2011).

Em relação às ações tomadas frente às denúncias feitas pelos professores, no caso de ocorrências sobre a sexualidade dos alunos e temas correlatos, percebemos, por parte da gestão escolar, uma tentativa de não problematizar os fatos, por intimidação dos pais, por crença religiosa ou por ausência de conhecimento e segurança sobre o assunto. As

---

<sup>12</sup> MARTINS et al (2006), MOREIRA & SANTOS (2004) e RATTO (2002; 2004; 2007)

providências tomadas se resumem a manter o controle do corpo dos alunos por meio de ações isoladas e restritas como advertir e suspender.

Uma pesquisa realizada por Ribeiro, Souza e Souza (2004) com o objetivo de compreender como a sexualidade é tratada na sala de aula nas séries iniciais, evidencia que as condutas sexuais são amplamente controladas. Constatou-se, por exemplo, que professoras da educação infantil aplicavam micropenalidades para crianças que manifestavam em excesso sua sexualidade ou muita proximidade com outras do mesmo sexo, tais como: repreensões, transferência de turnos e até mesmo de escola<sup>13</sup>.

Sendo assim, compreendemos que a escola e os educadores se apóiam em um sistema de controle, inclusive da sexualidade dos educandos, em que o objetivo implícito nos registros é o de estabelecer um padrão de comportamento, de acordo com as expectativas que a escola institui. Padrão, este, que por meio de um discurso estigmatizante, desconsidera o universo cultural do aluno, inferioriza suas crenças e comportamentos adquiridos mediante sua vivência extraescolar e limita suas possibilidades de viver sua sexualidade (RATUSNIAK, 2011).

Inferimos, por meio dessa pesquisa, que a vigilância que alguns docentes exercem para dominar a sexualidade dos alunos e adequá-la nos padrões de normalidade corrobora a ideia de que o LOE é utilizado essencialmente como instrumento de controle dos corpos dos alunos. Alguns estudos, ainda que com objetivos diferentes, comprovam nossa hipótese de que a educação ainda mantém-se indiferente aos problemas – pouco relatados nos livros – sobre a sexualidade dos estudantes. Isso fica evidente nas raras propostas de compreensão e conscientização diante das transgressões, presentes no documento, em relação a inúmeras punições como: advertir, suspender e transferir.

Percebemos também, que os registros encontrados nos LOE's referentes à homofobia representam um número escasso de ocorrências, se comparados aos relacionados a outro tipo de violência, indisciplina, faltas e atrasos.

Portanto podemos concluir, parcialmente, que a violência homofóbica, explicitada pelas pesquisas ao longo do texto, torna-se silenciada nos registros escolares. E esse ato de não denunciar, não registrar, e esconder a violência sofrida por estudantes que não atendem ao padrão de comportamento estabelecido e apreciado socialmente, pode ter entre outros objetivos, a intenção de tornar inexistente o sujeito

---

13 Em entrevistas realizadas com as educadoras estas admitiam utilizar-se de estratégias como repreensões, transferência de sala, ou até mesmo escola de alunos com comportamentos considerados “desviantes” da norma heterossexual (RIBEIRO, SOUZA & SOUZA, 2004).

não normalizado, colocando à margem suas práticas e comportamentos não valorizados. Com isso, a instituição se isenta de propor qualquer trabalho, debate ou discussão como forma de resolver os conflitos escolares aparentemente invisíveis.

### **Considerações Finais**

A investigação da homofobia e seu desenrolar na escola, justifica-se tanto pela intenção de aprofundar a discussão a respeito dessa questão, quanto pela necessidade de analisar o ponto de vista dos professores como mediadores das relações sociais dentro da sala de aula. Nossa proposta centra-se nos LOEs, compreendidos como um conjunto de narrativas que contém a perspectiva dos docentes, seus principais relatores. Contudo, é válido lembrar que os registros têm ainda, para as instituições, a finalidade de “controlar” o comportamento dos alunos, evitando que transgridam as normas construídas e valorizadas socialmente.

Nesse sentido, observa-se que a escola atualmente mantém-se como uma instância de regulamento da sexualidade de seus alunos, na qual só existe a heterossexualidade como comportamento legítimo, conseqüentemente, os educadores que compõem este ambiente difundem mecanismos homofóbicos (BORGES; MEYER, 2008).

Entretanto, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) deve-se exercitar a cidadania no âmbito escolar e todos devem ser incluídos em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Daí a necessidade de problematizar o posicionamento dos professores frente à intolerância a que são expostos estudantes LGBT. Além disso, os recentes avanços na legislação brasileira, que assinalam uma ampliação dos direitos civis dessa parcela da população, reiteram a demanda por visibilidade da temática da diversidade sexual nos debates educacionais.

Compreendemos que para haver um trabalho bem intencionado de superação não só da homofobia, mas também das discriminações de natureza racista, misógina e sexista, como indica Louro (2001), é necessário trazer as diferenças para dentro da escola, problematizar o jogo político que engendra os processos de produção das diferenças que caracterizam e legitimam modelos específicos de identidades e sexualidade.

A escola trata-se de um espaço hábil para a desconstrução de antigos padrões e edificação de novos. Apesar das demais funções, objetivos e dificuldades estruturais e conjunturais, é capaz de promover uma formação crítica e política que fundamente o exercício da cidadania e que subverta valores e práticas ligadas a preconceitos, violências e discriminações.

## **Bibliografia**

ANDRADE, E. R. et al. **O perfil dos professores brasileiros**: pesquisa nacional. Brasília: UNESCO/ Brasil; 2004.

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALTMANN, H. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 9, n. 2, 2001, p. 575-583.

BORGES, Z. N., et al. Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (RS). **Educar em Revista**, Curitiba. v. n.39, p. 21-38, 2011.

BORGES, Z. N.; MEYER, D. E.. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. *Ensaio*: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p.59-76, mar. 2008.

BORRILLO, D. **Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2001.

BRASIL. **Lei nº 8.069**. Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990.

BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, G. L. (Org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, Autêntica, 1999, p. 151-172.

CAETANO, M.. **Gestos do silêncio**: para esconder a diferença. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

CASTRO M.G; ABRAMOVAY M; SILVA L.B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO/ Brasil; 2004.

CARRARA, S; RAMOS, S.. **Política, direitos, violência e homossexualidade**. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT. São Paulo 2005: Rio de janeiro: CEPESC, 2006. p. 40 – 42.

CUNHA, E. O. . Gestão escolar em um contexto de violência: a análise de um livro de ocorrência dos alunos e olhar da equipe gestora em uma escola da rede pública municipal de Salvador. In: CUNHA. M. C. (Org.). **Gestão educacional nos municípios**. Salvador-BA: EDUFBA, 2009, v. 1, p. 1-17.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Estadual N° 10.948**. Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual de 05 de Novembro de 2001.

FERREIRA, M. M; AMADO, J. (Org.). **Usos & abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. V.1.

FOUCAULT, M .**Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

GAMA, A. S. . Livros de Ocorrência: das práticas discursivas ao Vigiar e Punir. **Web – Revista Questões de Linguística e Linguagem**, 2009,v. 1, p. 82-103.

GONÇALVES, R. C; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katál**, v. 10, n. esp., 2007, p. 83-92.

JOUTARD, P. **Esas voces que nos llegan del pasado**. México: Fondo de Cultura Economica, 1986.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Revista Bagoas: Estudos Gays gêneros e sexualidades.**, v. 1, p. 1-22, 2007.

JUNQUEIRA, R .D. (org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade / UNESCO, 2009.JUNQUEIRA, R. D. Escola e Homofobia. **Pátio: revista pedagógica**, v. 13, n. 50, p. 28-31, mai/jul 2009.

JUNQUEIRA, R. D. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: RIBEIRO, P. R. C.; et al (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas**. Rio Grande: FURG, 2007, p. 59-69.

LOURO, G. L. . Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U. 1986.

MARTINS, J. B. ; et al . Das infrações escolares: a abordagem da administração. In: Encontro de Psicologia; Encontro de Pós-Graduação, 19. Assis. **Anais...** Assis: Unesp, 2006. CdRom.

MISKOLCI, R . A Teoria Queer e a Questão das Diferenças. In: 16 CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL (COLE), 2007, Campinas. **Anais...** 2007. v. 1. p. 1-19.

MOREIRA, M. F. S. ; SANTOS, L. P. Indisciplina, gênero e sexualidade: práticas de punição e produção de identidades. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives**, v. 12, n. 69, p. 1-22, 2004.

NASCIMENTO, K. A. ; DIAS e SOUSA, C. A. ; AZEVEDO, I. A. S . Registros em livros de ocorrência das escolas públicas de cidades localizadas a Leste de Minas Gerais: uma análise documental. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA, 2006, RIO DE JANEIRO. **I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza**, 2006.

PASSAMANI, G. R. . **O arco-íris (des)coberto: homossexualidades masculinas, movimentos sociais e identidades regionais**. Santa Maria: Editora UFSM, 2009. v. 1. 223 p.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, 1997.

PRADO, V. M. **Sexualidade(s) em cena: as contribuições do discurso audiovisual para a problematização das diferenças no espaço escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

RAMOS, S.; CARRARA, S. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **Physis: revista de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 185-205, 2006.

RATTO, A. L. S. . Cenários criminosos e pecaminosos nos livros de ocorrência de uma escola pública. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 20, p. 95-106, 2002.

RATTO, A. L. S. **Livros de ocorrência: disciplina, normalização e subjetivação**. 322 f. Tese (Doutorado em Educação), Porto Alegre, 2004.

RATTO, A. L. S. Disciplina, infantilização e resistência dos pais: a lógica disciplinar dos livros de ocorrência. **Educação e Sociedade**, Campinas.v. 27, p. 1259-1281, 2006.

RATTO, A. L. S. **Livros de ocorrência:** (in)disciplina, normalização e subjetivação. São Paulo: Cortez, 2007. v. 1. 264 p.

RIBEIRO, A. I. M. **Subsídios para a história da educação em Presidente Prudente:** as primeiras instituições escolares. São Paulo: Clíper, 1999. v. 1. 144 p.

RIBEIRO, A.I.M.; MOREIRA, M. de F.S. Formação de professores e pesquisa em educação: perspectivas para o trabalho com gênero e sexualidade na escola. In: GUIMARÃES, C.M. ; DI GIORGIO, C.A.G.; MENIN, M.S. de S. **Os professores e o cotidiano escolar:** múltiplos desafios, múltiplos caminhos. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 75-97.

RIBEIRO, A. I. M. ; FRANCINO, A. C . A leitura que se faz da homossexualidade na escola. In: Congresso de leitura do Brasil, 16. Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2008.

RIOS, R. R. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre o preconceito e discriminação. In: LOPES, J. R. L; et al (org.). **Em defesa dos direitos sexuais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2007. p. 111-139.

SMIGAY, K. E. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8. n. 11, 2002, p. 32-46.

TAYLOR, C. A **Pesquisa de Clima Nacional sobre homofobia nas escolas canadenses.** (Relatório de Pesquisa) Disponível em: <http://climatesurvey.ca/report/ClimateSurvey-PhaseOneReport.pdf>. Acesso em: 17 Jul 2011.

THOMPSON, P. **A voz do passado:** história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

WILTON, T. **Sexualities in health and social care.** Buckingham: Open University Press, 2000.

RATUSNIAK, C. O cotidiano como ocorrência: assinar o livro-negro e aprender comportamentos civilizados na escola. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL, 2011, Maringá. **X Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional:** caminhos trilhados, caminhos a percorrer, 2011.